

ÍNDICE

	Págs.
NOTA PRÉVIA	5
ABREVIATURAS	7
§ 1.º DIREITO DO TRABALHO: O QUÊ, PORQUÊ E PARA QUÊ?	9
§ 2.º NOÇÃO, OBJECTO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DIREITO DO TRABALHO	23
§ 3.º FONTES DO DIREITO DO TRABALHO (BREVE REFERÊNCIA)	29
3.1. Fontes específicas: a convenção colectiva de trabalho	29
3.2. A Organização Internacional do Trabalho e a União Europeia	31
3.3. A Constituição da República	34
§ 4.º CONTRATO DE TRABALHO: NOÇÃO E ELEMENTOS ESSENCIAIS	39
§ 5.º ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE TRABALHO	45
5.1. Contrato sinalagmático e oneroso	45
5.2. Contrato patrimonial e obrigacional	46
5.3. Contrato de adesão	46
5.4. Contrato duradouro	46
5.5. Contrato <i>intuitu personae</i> ?	47
§ 6.º CONTRATO DE TRABALHO VERSUS CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	49
6.1. Os arts. 1152.º e 1154.º do CCivil	49
6.2. Contrato de trabalho, Direito do Trabalho, reacção patronal	51
6.3. O <i>nomen iuris</i> e o «princípio da primazia da realidade»	53
6.4. A qualificação contratual e a prova	54
6.4.1. Situação anterior ao CT de 2003	55
6.4.2. O art. 12.º do CT de 2003 (redacção originária)	56
6.4.3. A ulterior redacção do art. 12.º do CT de 2003	57
6.4.4. O art. 12.º do actual CT	59

	Págs.
§ 7.º MODALIDADES DE CONTRATO DE TRABALHO: OS MÚLTIPLOS DESVIOS AO MODELO TÍPICO	63
7.1. O contrato de trabalho a prazo ou a termo.....	65
7.1.1. Liberdade contratual <i>versus</i> segurança no emprego.....	65
7.1.2. Termo resolutivo: requisitos materiais e requisitos formais.....	68
A) Requisitos materiais.....	68
B) Requisitos formais.....	72
7.1.3. Termo certo.....	74
7.1.4. Termo incerto.....	83
7.1.5. Condição resolutiva.....	86
7.1.5.1. O problema.....	88
7.1.5.2. De 1976 a 1989.....	90
7.1.5.3. De 1989 a 2003.....	91
7.1.5.4. O CT de 2003.....	94
A) O art. 127.º do Código face ao art. 9.º da LCT.....	94
B) O art. 145.º do Código face ao art. 51.º da LCCT.....	95
7.1.5.5. Nota conclusiva: o actual CT.....	96
7.2. O trabalho temporário.....	97
A) Cedência ocasional de trabalhador.....	100
7.3. O trabalho a tempo parcial.....	102
7.4. O trabalho intermitente.....	106
7.4.1. Noção. O <i>genus</i> e as espécies.....	106
7.4.2. Trabalho intermitente e trabalho a tempo parcial.....	107
7.4.3. Requisitos de admissibilidade.....	108
7.4.4. Forma e conteúdo.....	109
7.4.5. Direitos e deveres do trabalhador intermitente.....	110
7.4.6. Contrato de trabalho intermitente <i>versus</i> contrato a termo.....	112
7.4.7. Intermitente: o contrato e o trabalho.....	114
7.5. A comissão de serviço.....	115
7.6. O teletrabalho.....	119
A) Teletrabalho <i>versus</i> trabalho no domicílio.....	124

	Págs.
§ 8.º A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	129
8.1. Capacidade das partes: o trabalho de menores.....	129
8.2. Idoneidade do objecto.....	134
§ 9.º PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CONTRATO	139
9.1. A promessa de contrato de trabalho.....	139
9.2. Princípio da liberdade e princípio da igualdade no acesso ao emprego.....	141
9.3. Fase pré-contratual e «direito à mentira».....	143
§ 10.º FORMALISMO NEGOCIAL: O PRINCÍPIO DA CONSENSUALIDADE E AS SUAS EXCEPÇÕES	147
§ 11.º A INVALIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO	151
11.1. Invalidade parcial.....	151
11.2. Invalidade total.....	153
§ 12.º O PERÍODO EXPERIMENTAL	155
12.1. Regime jurídico.....	155
12.2. O período experimental e o art. 53.º da CRP.....	158
§ 13.º O EMPREGADOR E A EMPRESA	163
13.1. Empresa e Direito do Trabalho.....	163
13.2. Transmissão da empresa e contrato de trabalho.....	165
13.2.1. Sub-rogação legal do adquirente.....	165
13.2.2. Direito de oposição do trabalhador?.....	166
13.3. A dimensão da empresa e o Direito do Trabalho.....	169
13.3.1. Principais projecções regimentais da classificação tipológica das empresas laborais.....	170
13.3.2. Balanço e perspectivas: o processo de «dimensionamento» do Direito do Trabalho no contexto da flexibilização das leis laborais.....	173
13.3.3. O dilema dimensional.....	174
§ 14.º OS PODERES PATRONAIS E OS DIREITOS DO TRABALHADOR ENQUANTO PESSOA E CIDADÃO	177
14.1. Os poderes do empregador.....	177

	Págs.
14.2. A força de trabalho e a pessoa do trabalhador	183
14.2.1. Os direitos laborais inespecíficos (direitos de personalidade)	183
14.2.2. O assédio no trabalho	187
§ 15.º O QUID DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO: FAZER O QUÊ?	193
15.1. O objecto da prestação de trabalho: a categoria profissional e as funções desempenhadas pelo trabalhador.....	193
15.2. A mobilidade funcional	195
§ 16.º O LUGAR DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO: TRABALHAR ONDE?	199
16.1. O relevo do local de trabalho	199
16.2. A noção de local de trabalho	201
16.3. A garantia da inamovibilidade do trabalhador	202
16.4. As possibilidades de transferência unilateral à luz do CT	204
16.5. As transferências autorizadas pelo contrato: as «cláusulas de mobilidade geográfica»	206
16.6. A transferência como direito do trabalhador.....	211
§ 17.º O TEMPO DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO: TRABALHAR QUANTO E QUANDO?	217
17.1. Tempo de trabalho e tempo de repouso	219
17.2. Período normal de trabalho e flexibilidade do tempo de trabalho: adaptabilidade e banco de horas	219
17.3. Horário de trabalho, descanso semanal e isenção de horário	223
17.4. Trabalho por turnos, trabalho nocturno e trabalho suplementar	226
17.5. Feriados	231
§ 18.º O DIREITO AO REPOUSO E AO LAZER: O REGIME JURÍDICO DAS FÉRIAS	233
18.1. A duração das férias	233
18.2. Retribuição durante as férias.....	235
18.3. A estrutura complexa do direito a férias e a cessação do contrato....	237
18.4. A marcação das férias.....	238
18.5. O ano da contratação	240
18.6. A tutela do direito a férias	241
§ 19.º O DEVER DE ASSIDUIDADE E O REGIME JURÍDICO DAS FALTAS	245
§ 20.º TRABALHAR A TROCO DE QUÊ? A RETRIBUIÇÃO	249
20.1. Noção e estrutura da retribuição.....	249

	Págs.
20.2. Qualificação.....	251
20.3. Modalidades	254
20.4. Prestações complementares ou acessórias: a base de cálculo	256
20.5. Determinação do valor da retribuição.....	258
20.6. Cumprimento da obrigação retributiva.....	263
20.6.1. Forma e prova do cumprimento	263
20.6.2. Lugar e tempo do cumprimento	266
20.7. A especial tutela da retribuição	268
20.7.1. Compensação da obrigação retributiva.....	268
20.7.2. Cessão do crédito retributivo	273
20.7.3. Prescrição dos créditos laborais	277
20.7.3.1. A prescrição de créditos	277
20.7.3.2. A <i>ratio</i> do art. 337.º, n.º 1, do CT	279
20.7.3.3. A crítica ao art. 337.º, n.º 1, do CT	281
20.7.4. Privilégios creditórios	282
20.7.5. Fundo de garantia salarial	284
§ 21.º A SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO: O VÍNCULO RELAXADO	285
21.1. Noção, fundamento e efeitos gerais da suspensão	285
21.2. Suspensão individual, por facto respeitante ao trabalhador.....	287
21.3. Suspensão colectiva, por facto respeitante ao empregador.....	291
21.3.1. Situações de crise empresarial.....	291
21.3.2. Encerramento temporário do estabelecimento	293
21.4. Suspensão consensual, por mútuo acordo	294
21.5. Suspensão por decisão do trabalhador	295
§ 22.º A CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO: O VÍNCULO DISSOLVIDO	299
22.1. Significado e alcance do regime da cessação do contrato de trabalho	299
22.2. Formas de cessação do contrato de trabalho	303
22.3. Extinção por caducidade.....	304
22.4. Extinção por mútuo acordo (revogação).....	310
22.4.1. A cessação por acordo	310
22.4.2. A exigência de forma escrita.....	311

	Págs.
22.4.3. A compensação pecuniária global.....	313
22.4.4. A cessação do acordo de revogação	315
22.5. Extinção por despedimento com justa causa.....	317
22.5.1. Noção de justa causa de despedimento	317
22.5.2. Os deveres do trabalhador.....	319
22.5.3. As condutas extra-laborais do trabalhador: candidatas posi- tivas a constituir justa causa de despedimento?	323
22.5.4. O procedimento disciplinar	326
22.6. Causas objectivas de despedimento.....	331
22.6.1. Despedimento colectivo	332
22.6.2. Despedimento por extinção de posto de trabalho	337
22.6.3. Despedimento por inadaptação	339
22.7. Meios de reacção contra o despedimento.....	345
22.8. Ilícitude do despedimento: causas e efeitos da ilicitude	349
22.8.1. As causas de ilicitude do despedimento.....	349
22.8.2. Os efeitos da ilicitude do despedimento.....	352
22.8.2.1. A ilicitude/invalidade do despedimento	352
22.8.2.2. Os «salários intercalares»	355
22.8.2.3. A reintegração do trabalhador	363
22.8.2.4. A «indenização de antiguidade»	370
22.8.2.5. O despedimento irregular	375
22.8.2.6. Despedimento ilícito e contrato a termo.....	378
22.9. Extinção por iniciativa do trabalhador (demissão)	380
22.9.1. Demissão com aviso prévio (denúncia)	380
22.9.1.1. O princípio da livre demissão	380
22.9.1.2. A revogação da denúncia.....	385
22.9.2. Demissão com justa causa (resolução)	390
22.9.2.1. A noção de justa causa	390
22.9.2.2. Procedimento para resolução do contrato	393
22.9.2.3. Indemnização devida ao trabalhador	395
22.9.2.4. Indemnização a pagar pelo trabalhador.....	396
22.9.3. O abandono do trabalho.....	397